



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6242

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 22/05/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 154/2007. Cria, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, o Albergue Municipal Casa da Acolhida.

**Controle Interno – Caixa:** 7.1

**Posição:** 16

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: PL  
Categoria: Cria  
Cr: 7.1  
Ordem: 16  
nº fls: 04



64/2007

05.06.2007

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **154** /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Cria, na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, o  
Alberg Municipal Casa da Acolhida.

### MOVIMENTO

Entrada em – 22/05/2007

1 - Comissão Legislação e Justiça

2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA <sup>EM</sup> 05-06-07

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

### PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 154 /2.007

#### **CRIA, NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS, O ALBERGUE MUNICIPAL CASA DA ACOLHIDA**

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

**Art.1º.** Fica criado o Albergue Municipal Casa da Acolhida, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

**Art.2º.** Compete ao Albergue Municipal Casa da Acolhida atender migrantes, protegendo e promovendo seus direitos, contribuindo para a sua inserção social, mediante, dentre outros:

- I- Assistência ao migrante e à família quando em trânsito;
- II- Encaminhamento ao local de destino ou retorno ao local de origem;
- III- Políticas que amenizem os problemas de migração;
- IV- Prevenção de riscos sociais aos quais estão expostos os migrantes.

**Art.3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art.4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros, 11 de maio de 2.007.

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 22 DE MAIO DE 2007  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
RÉGIME DE URGÊNCIA  
EM 05 DE MARÇO DE 2007  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**  
**PROCURADORIA GERAL**

Montes Claros, 11 de maio de 2.007

Ofício nº: 043/PJ/2007

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que cria, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, o Albergue Municipal Casa da Acolhida.

Trata-se de projeto de importante valor social, pois visa auxiliar migrantes no intuito de evitar maiores conflitos sociais, que ferem o respeito e dignidade da pessoa humana e os direitos de cada cidadão.

Sendo o Município o segundo entrocamento rodoviário do país, tornamo-nos centro urbano de referência da população regional e, por isso, somos procurados para prestar auxílio em diversas áreas como saúde, alimentação, emprego, renda, moradia, educação, etc.


Assim, o número de migrantes é crescente, haja vista buscarem aqui melhores perspectivas de vida, expondo-se à situações de risco e vulnerabilidade social.

A política de assistência social do Município tem como principal foco a garantia de cidadania de cada indivíduo, buscando oferecer medidas de proteção àqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

Na certeza de que o Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 154/2007 QUE “Cria, na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, o Alberg Municipal Casa da Acolhida”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, posto que compete ao Executivo a iniciativa de Leis que versem sobre a estrutura organizacional de seus órgãos, no caso a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, ou mesmo ilegalidade, tendo em vista que a Constituição Federal prevê que o Município tem legitimidade para legislar em assuntos de interesse local.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 23 de maio de 2007.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

SALA DAS COMISSÕES

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 154/2007**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**MATÉRIA:** Cria na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, o Alberg Municipal Casa da Acolhida.

#### **I- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 154/2007, de autoria do Executivo Municipal “**Cria na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, o Alberg Municipal Casa da Acolhida**”.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O que pretende autor com o projeto que ora se examina é criar o Alberg Municipal Casa da Acolhida vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Sociais, que tem como objetivo, segundo a mensagem que encaminha o projeto, auxiliar migrantes em situação de maior vulnerabilidade social.

Iniciativa de leis, como a da referida proposição, que trata de matéria vinculada à organização administrativa dispendo sobre normas concernentes à criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da Administração pública é de competência exclusiva do Executivo Municipal, conforme estabelece o art. 51, inciso III da Lei Orgânica Municipal.

Sendo assim, esta Comissão entende que tanto a iniciativa quanto a matéria não contraria normas legais e ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 28/05 2007.

Presidente -Ver. Sebastião Ildeu Maia:

Vice-Presidente- Ver. Ademar de Barros Bicalho:

Relator- Ver. Eurípedes Xavier Souto